DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA CHINA NO PERÍODO DE REFORMA E ABERTURA

REGIONAL DEVELOPMENT IN CHINA IN THE REFORM AND OPENING PERIOD

DESARROLLO REGIONAL EN CHINA EN EL PERIODO DE REFORMA Y APERTURA

Kayuã Girardi
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
girardikayua@gmail.com

Destaques

- Na China, o Estado pôs-se à frente do processo de industrialização e implementação de serviços e urbanização.
- As mudanças estruturais da economia chinesa incentivam o consumo de bens e serviços que interferem e impulsionam diretamente no crescimento.
- A migração é um vetor que ganhou relevância no processo de industrialização – milhares de famílias que viviam da agricultura foram para os grandes centros urbanos que surgiram com velocidade exponencial.
- O Estado central tem um papel determinante através de ferramentas fiscais para intervenção no processo de urbanização e na ampliação de grandes centros urbanos.
- O planejamento urbano-regional é perceptível com as políticas de controle das grandes cidades para a promoção de cidades de porte médio.

RESUMO

O artigo tem como objetivo geral desvendar o desenvolvimento regional chinês no período de reforma e abertura, tendo o governo central um papel crucial na condução das políticas de desenvolvimento regional. Para o alcance do objetivo geral procurou-se realizar um levantamento de dados secundários, provenientes de fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos, tomando como recorte histórico geográfico a China do final do século XX e início do século XXI. A abertura econômica

que ocorreu na década de setenta promoveu diferentes processos de desenvolvimento regional. Neste contexto, o país passou por diferentes processos de desenvolvimento desigual ao desenvolvimento regional coordenado. Houve esforços para a redução de disparidades regionais, integração regional e promoção do crescimento equilibrado, principalmente no desenvolvimento do grande oeste. Na virada do século XX para o XXI se alcançou um equilíbrio maior através de políticas para o ordenamento do território e do planejamento urbano-regional, se somando à regulamentação do mercado de trabalho. Houve um aumento dos salários da classe trabalhadora junto de um impacto significativo na redução das desigualdades regionais em todo país.

Palavras-chave: China; Desenvolvimento Regional; Ordenamento do Território; Planejamento Urbano-Regional; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The general objective of this article is to unravel Chinese regional development in period of reform and opening, with the central government playing a crucial role in conducting regional development policies. To achieve the general objective, we sought to survey secondary data from bibliographic sources, technical-scientific articles and economic censuses, taking the late of 20th-century and the early of 21st-century China as a geographic historical clipping. The economic opening that took place in the 1970s promoted different regional development processes. In this context, the country underwent different processes, from unequal development to coordinated regional development. There were efforts to reduce regional disparities, foster regional integration, and promote balanced growth, particularly in the development of the Great West. At the turn of the 21st century, a greater balance was achieved through policies for spatial planning and urban-regional planning, added to the regulation of the labor market. There was an increase in working-class wages with a significant impact on reducing regional inequalities across the country.

Keywords: China; Regional Development; Spatial Planning; Urban-Regional Planning; Public policy.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo general, desvendar el desarrollo regional Chino en el período de la reforma y apertura, teniendo el gobierno central un papel crucial en la conducción de las políticas de desarrollo regional. Para alcanzar el objetivo general, se buscó realizar un levantamiento de datos secundários, provenientes de fuentes bibliográficas, artículos científicos y censos económicos, tomando como recorte histórico geográfico a China a finales del siglo XX y início del siglo XXI. La apertura económica que ocurrió en la década de los años 70 promovió diferentes procesos de desarrollo regional. En este contexto, el país pasó por diferentes procesos de desarrollo desigual al desarrollo regional coordinando. Hubo esfuerzos para la reducción de las disparidades regionales, integraciones regionales y promoción del crecimiento equilibrado, principalmente en el desarrollo del grande oeste. En el transcurso del siglo XX al XXI se alcanzó un equilibrio más importante através de políticas para el ordenamiento del territorio y de la planeación urbana-regional, sumando la reglamentación del mercado de

trabajo. Hubo un aumento de los sueldos de la clase trabajadora junto a un impacto considerable en la reducción de las desigualdades regionales en todo el país.

Palabras-clave: China; Desarrollo Regional; Ordenamiento del Territorio; Planeación Urbano-Regional; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Uma civilização milenar, a República Popular da China (RPC), criada formalmente em 1949, constituiu-se ao longo de um processo cujo pilar principal foi a vitória da revolução. Gerando um processo de desenvolvimento econômico que pode ser considerado um dos maiores fenômenos a serem investigados pelas ciências humanas e sociais na atualidade, a China se consolidou como o segundo maior Produto Interno Bruto - PIB, atrás apenas dos Estados Unidos, sendo a maior reserva monetária internacional do mundo. Com um papel fundamental nos processos decisórios mundiais como defesa, globalização e meio ambiente.

Nas últimas décadas, o país vem apresentando números surpreendentes, como a retirada de 800 milhões de chineses da pobreza, representando mais de 70% da quantia global no período. A expectativa de vida passou de 35 anos para 77 anos entre 1949 e 2018, são criados mais de 10 milhões de novos empregos urbanos por ano, sendo que entre 2005 e 2017 o dragão asiático teve o crescimento salarial mais rápido entre todos os países (Cambuhy e Siqueira Neto, 2020).

O objetivo declarado pelas principais forças políticas chinesas era a transformação socialista, primeiro passo para a construção de uma sociedade sem classes, objetivo ainda presente no Programa das Quatro Modernizações, liderado por Deng Xiaoping após 1978 (Reis, 1985). Pesquisadores têm procurado compreender de que forma o Partido Comunista da China (PCCh) vem coordenando o processo de constituição do Estado chinês contemporâneo. Além da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico da nova formação social chinesa, tem despertado a atenção a ascensão hegemônica do país na economia mundial do século XXI (Brandão, 2017).

Na economia ampliou-se o uso de tecnologias avançadas nos produtos fabricados, servindo como ferramenta para manter seu nível de crescimento elevado. Mas, esse crescimento também trouxe desafios e grandes responsabilidades: combater a desigualdade socioeconômica regional e tornar sua economia mais sustentável. Mesmo que não sejam todas empresas estatais, a economia chinesa se expande e de forma

majoritária todas atendem aos interesses estratégicos dos planos esboçados pelo governo central. Seus projetos estão interligados e/ou aliados a empresas estatais que coordenam o plano, com isso o governo mantém o controle estratégico da sua economia (Ding, 2011).

Desde a abertura econômica chinesa em 1978, o país que então não dispunha de muito mais que uma economia agrária, se tornou uma das maiores e complexas economias do planeta. O Estado pôs-se à frente do processo de industrialização, implementação de serviços e urbanização. De forma gradual e experimental, conduziu as reformas de suas estruturas e promoveu uma adaptação e, quando necessária, a criação de novas instituições. Por isso, em face de sua inserção no capitalismo global, a questão principal passa por compreender como a China se organiza territorialmente no século XXI. Como, afinal, a organização territorial da China se manifesta em termos regionais?

Para compreender essas e outras mudanças tão surpreendentes e ainda tão pouco conhecidas, procurar-se-á analisar o desenvolvimento regional na China do século XXI. Três objetivos específicos devem subsidiar o propósito mais geral: examinar, em grandes rasgos, o desenvolvimento regional na China; apreciar, tão objetivamente, o ordenamento do território chinês; e avaliar, com o alcance realizável, o Planejamento Urbano-Regional do país. O artigo é o resultado de uma pesquisa interdisciplinar na área das Ciências Sociais e no campo do Desenvolvimento Regional.

Por isso justifica-se o tema proposto, visto que esse desenvolvimento surpreendente se apresenta como um ponto de interrogação nos paradigmas econômicos vigentes. As mudanças estruturais da economia chinesa incentivam o consumo de bens e serviços que interferem e impulsionam diretamente o crescimento. A migração é um vetor que ganhou relevância no processo de industrialização – milhares de famílias que viviam da agricultura foram para os grandes centros urbanos que surgiram com velocidade exponencial.

É fundamental compreender os processos de desenvolvimento de um país que em pouco mais de cinquenta anos se tornou uma potência dentro do sistema mundial capitalista. Mesmo com uma pandemia mantiveram-se os planos estratégicos (local e global) do Estado central chinês, com a segunda maior população e o terceiro maior território do mundo. Conseguiu-se de forma eficaz ter o controle e organização como sociedade, para que toda população tivesse acesso ao necessário para enfrentar as

adversidades causadas pelo vírus (Jabbour e Rodrigues, 2021). A abordagem teórico-metodológica concentrou-se em um levantamento de dados secundários, provenientes de fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos. Os dados coletados buscaram responder aos objetivos acima referidos, tomando como recorte histórico geográfico a China do final do século XX e início do século XXI.

Além desta introdução e considerações finais, o artigo está composto por duas seções: a primeira seção busca trazer o modelo de desenvolvimento regional praticado no país, analisando os estágios que foram percorridos para chegar até os dias atuais; E como as políticas de desenvolvimento regional foram implementadas durante o processo pós-revolução de 1949 e pós-reformas de 1978. A segunda seção procura compreender a manifestação do ordenamento do território e o planejamento urbano-regional na China dentro do panorama geral das políticas de desenvolvimento regional aplicadas pelo governo central nos períodos citados. Abordando a capacidade do Estado chinês na intervenção do território através de suas ferramentas econômicas aplicadas de forma empírica. As considerações finais buscam sintetizar e trazer um panorama geral das políticas de desenvolvimento regional chinês, suas formas de ordenamento do seu território e planejamento urbano-regional.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL CHINÊS: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

O processo de desenvolvimento econômico chinês é um fenômeno que tem chamado atenção. O crescimento médio do PIB da China nos últimos 35 anos foi de quase 10%, a renda média passou de US $250 para US $9.040 em um pouco mais de trinta anos (Jabbour e Paula, 2018). Esse resultado parece dever-se em grande parte à tendência de estatização da estrutura de propriedade em toda China, utilizando para isso de Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE), empresas de capital misto, propriedades divididas em ações, tendência que tem se intensificado desde 1990, com um crescente controle governamental sobre o movimento contínuo da renda nacional. Se a participação governamental em 1996 era de apenas 13,5%, ela alcançou 37,3% em 2015, contando com uma forte presença do Estado nos investimentos (Jabbour, 2019).

O modelo de desenvolvimento chinês vem se distanciando de um modelo chamado de capitalismo de Estado, e muito menos se aproxima de um capitalismo liberal. Para Jabbour (2019), se está diante um "socialismo de mercado" (Zemin, 1997), uma nova formação social-econômica, não sendo mais algo abstrato. Classifica-se essa nova formação com as fronteiras de um modo de produção complexo. Outro dever é estudar a natureza de compatibilidade do socialismo de mercado[1] e seus derivados, como também sua lógica que governa o desenvolvimento (Jabbour, 2019). É certo que o capitalismo privado existe na China, sendo legitimado e altamente regulado por leis. A expansão dessas atividades ocorreu no momento em que passaram a existir transferências de ativos estatais para o capital privado, entre os anos de 1994 e 2000, principalmente de empresas de médio porte e pequenas estatais (Jabbour e Paula, 2018).

O capitalismo privado é um setor conduzido, desde sua criação e formação, a partir da estrutura do PCCh. Já o capitalismo de Estado é uma estrutura a qual o capital privado está condicionado pelas políticas de Estado, beneficiando-se do efeito de encadeamento, planejado por corporações estatais, como o acesso ao sistema financeiro. A condição de formação social do socialismo caracteriza a natureza do Estado nacional chinês. O PCCh é a força política que controla o Estado, e supervisiona os fatores estratégicos da economia chinesa (Jabbour, 2019).

As reformas implementadas a partir da década de 1970 fluíram de uma forma gradual, institucional e incrementalista. A interação entre fatores positivos da política e economia, que o Estado não previu, acabou sendo mais importante do que o planejamento das reformas. Portanto, pode-se admitir que o desenvolvimento econômico, planejado pelo Estado resulta em agregação de agentes no entorno dos objetivos estratégicos, que por sua vez, produziram inovações institucionais, mesmo considerando a história e as peculiaridades da China (Leite, 2011).

As prioridades que o PCCh elegeu para o desenvolvimento chinês depois de 1949 incluíram elevados investimentos na indústria pesada, tendo como base a experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Cada província

[1] É definido como uma nova formação econômico-social caracterizando-se por contrariedades: a inserção do país no sistema capitalista internacional, liberação das forças de mercado na economia nacional, mas com a manutenção do planejamento através do poder político de caráter socializante através do Estado. (Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

deveria ser autossuficiente na gestão econômica, tanto na produção de alimentos, quanto na organização da indústria. Houve, por isso, um forte investimento governamental nas províncias do interior entre 1950 e 1960, que eram, contudo, insuficientes para diminuir a histórica desigualdade em relação às regiões costeiras altamente desenvolvidas. No fim da década de 1970, com a abertura econômica, se aproveitou das vantagens comparativas estabelecidas através da política nacional de desenvolvimento (Monteiro Neto, 2005).

O processo de desenvolvimento regional na China pode ser dividido em duas fases: na primeira fase (1949-1978), houve uma reforma agrária radical eliminando os grandes proprietários e a agricultura familiar, reorganizando-os em comunas agrícolas. Seguindo o modelo soviético a economia foi centralizada, com empresas estatizadas e planos quinquenais. O governo estimulou a concentração de rendas, a descentralização do setor industrial, o crescimento das regiões centrais e restringiu a expansão das regiões costeiras (Ouriques e Andrade, 2010; Ruiz, 2006).

Registrou-se uma queda nas desigualdades espaciais chinesas, mas houve uma polarização no campo-cidade. Ademais as diferenças regionais e provinciais, embora menores, geraram tensões políticas internamente. De forma geral, o desenvolvimento econômico chinês nos anos pós-guerra, de 1949 a 1978, refletiu as prioridades das opções políticas de Mao Tse-Tung (1893-1976). Em 1978, inicia-se a segunda fase, que se prolongou até meados de 2012[2], uma abertura econômica planificada, um modelo econômico que assimilava a ascensão das forças políticas lideradas por Deng Xiaoping (1904-1997) (Ruiz, 2006).

O governo central buscava administrar e garantir um desenvolvimento com equilíbrio através de fortes investimentos com base nos recursos nacionais em infraestrutura e plantas industriais no interior do país. Mas nessa nova etapa houve um redesenho da política de desenvolvimento regional chinês. A política adotada por Deng Xiaoping acabaria deslocando a atenção mais para a região costeira por motivos nacionais da inserção do país nas correntes comerciais e investimentos externos (Monteiro Neto, 2005).

[2] Existe uma terceira fase ou uma "nova era" do desenvolvimento regional chinês desde a chegada de Xi Jinping na governança do PCCh, com novas características de desenvolvimento voltados para uma "civilização ecológica" e de uma "sociedade harmoniosa".

Os desafios internacionais e razões de soberania política do Estado chinês fundamentam as estratégias econômicas, quanto às políticas executadas pelo "portas abertas" e a criação das Zonas Econômicas Especiais - ZEE na costa chinesa, comprometidas como uma estratégia visando absorver os capitais de Hong Kong e Formosa (Taiwan). No início da década de 1980 esses objetivos estratégicos observavam a aceleração do crescimento econômico, principalmente a expansão e a diversificação da indústria. As principais questões que buscavam refletir eram como acelerar e ampliar a acumulação de capital e investimentos na produção de bens de capital indispensáveis para a modernização industrial. Com isso, seria possível expandir a produção agrícola e a produção de bens de consumo que evitaria as consequências trágicas do "grande salto à frente" (Medeiros, 1999).

Os governantes chineses se perguntavam como poderiam aumentar a produtividade agrícola e, de forma simultânea, ter o controle de pressões demográficas nas grandes cidades, como financiar a importação de fábricas, equipamentos e máquinas sem que houvesse um endividamento excessivo. De um lado, interessava manter a centralização das decisões de investimentos estratégicos, do outro, pretendia-se instigar a descentralização de decisões administrativas e fomentar iniciativas locais. Essas dúvidas surgiram sistematicamente nos documentos oficiais do governo central no final da década de 1970. Essas questões foram aplicadas e combinadas na estratégia de desenvolvimento adotada, que fundamenta-se na própria história do país, assim como também diversas experiências internacionais (Medeiros, 1999).

As fontes de acumulação através de empresas estatais subordinadas ao planejamento e no crédito irrestrito, juntamente com o investimento autônomo garantidor pelo plano são a base para a acumulação de capital em economias socialistas, cuja dinâmica é distinta do que constatado nas economias capitalistas. Quanto maior a expansão do setor de bens de produção, maior a demanda sobre bens de consumo, no caso chinês, sobretudo, a produção de alimentos e matérias primas (Medeiros, 1999).

A elevação da renda da população rural abriu condições para uma forte expansão do consumo de bens industriais. Políticas de reformas e abertura internalizaram mecanismos econômicos de mercado. A estrutura produtiva nacional integrou-se a circuitos internacionalizados de produção, atraindo investimentos estrangeiros, e

inaugurando novos esquemas na divisão de trabalho que daria outros contornos para o desenvolvimento regional chinês (Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

Quanto à delicada gestão das relações entre mercado e plano, a estratégia chinesa de desenvolvimento conseguiu receber uma combinação original de diferentes níveis de estrutura e processos decisórios da economia (Quadro 1) (Medeiros, 1999):

Quadro 1: Processos decisórios da economia chinesa.

Estado	**Mercado**
Aumentou o planejamento da economia via empresas estatais, inclinadas a uma maior integração do mercado interno e a uma maior divisão nacional do trabalho.	Ratificou a autonomia das Empresas de Cantão e Povoado, além dos camponeses na produção e comercialização a preços de mercado.
Privilegiou-se o controle cambial e o monopólio estatal sobre importações.	Propiciou a liberdade de investimentos e de comércio das ZEEs.
Priorizou a administração dos preços de insumos básicos e alimentos.	Aumentou de forma progressiva o número de itens sem controle de preços.

Fonte: Elaboração do autor (Medeiros, 1999).

A partir da grande reforma a estratégia chinesa de desenvolvimento entrou em uma fase de flexibilização, resultando na redução do escopo do planejamento inicial. Isso seria materializado através da integração de empresas estatais a mercados regionais. Sem dúvida essa "combinação entre mercados concentrados e planejamento descentralizado é um dos fatos mais originais da via chinesa de industrialização" (Medeiros, 1999, p. 514).

Essa combinação foi impulsionada pelo atraso da economia chinesa e pela descentralização da economia que teve origem em Mao Zedong. O objetivo era reproduzir, em cada comuna, autonomia econômica (agrícola e industrial). Assim a economia chinesa poderia partir de uma ordenação sistemática descentralizada, com subsistemas econômicos bem articulados, visando reduzir o custo de transporte interno, favoreceu uma mobilidade regional entre diferentes regiões do país. A combinação entre mercado e planejamento descentralizado dinamizou a economia chinesa, com a

articulação entre economias de diferentes regiões. Os mercados locais expandidos pelas Township and Village Enterprises (TVEs) e o mercado externo, organizados pelas ZEEs, se desenvolveram em condições de crescimento dos mercados regionais (Medeiros, 1999).

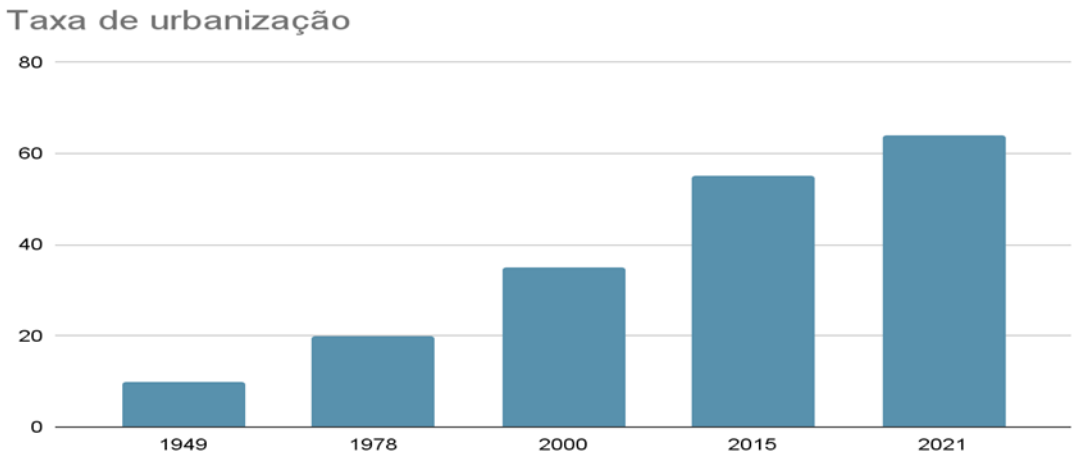
As TVEs, consideradas uma classe de empresas de propriedade de governos e comitês centrais, surgiram em aglomerações populacionais menores que um centro urbano, mas maiores que uma vila. As TVEs chegaram a absorver 18% da força de trabalho e 40% da produção industrial, alinhadas com as reformas referidas à economia socialista de mercado, e contribuíram decisivamente para a modernização da economia chinesa e sua integração ao mercado mundial (Masiero, 2006).

Na segunda metade de 1990, foram executados dois movimentos iminentes de intervenção estatal sobre a economia do país, o primeiro foi com o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste - PDGO em 1999, se convertendo na maior transferência territorial de renda no mundo moderno. Esse programa de desenvolvimento foi o primeiro passo considerável para a unificação do território econômico da China, tratando também de uma resposta aos resultados da crise financeira que ocorreu na Ásia de 1997/1998 sobre a economiacisivamente para a modernização da economia chinesa e sua integração ao mercado mundial (Masiero, 2006). Ferramentas para a socialização do investimento foram utilizadas de forma ampla para combater as pressões deflacionárias verificadas na época. Esse plano foi um modelo geral para o que iria acontecer de forma astuciosa na reação à crise de 2008, que foi o segundo movimento de intervenção estatal na economia chinesa. No dia 5 de novembro o Conselho de Estado da China cientificou ao mundo um grande estímulo à economia no valor de US $600 bilhões, que correspondia a 12,6% do PIB da época (Jabbour e Paula, 2018). Embora a China seja destacada por alguns autores como um exemplo de economia com crescimento puxado fundamentalmente por exportações, no final do século XX e com uma ênfase maior no início do século XXI, o dinamismo da economia chinesa foi associado ao aumento forte do crescimento de investimentos (Hiratuka, 2018).

A demanda externa e a inserção exportadora foram fundamentais para a incorporação da China à cadeia produtiva intensiva de mão de obra, das indústrias de vestuário e diversas etapas do setor eletrônico. O dinamismo recente dessa economia

esteve ligado principalmente ao processo de urbanização e os conglomerados de transfigurações associadas às metamorfoses da sociedade que em 1978 tinha menos de 20% da sua população urbanizada, chegando a aproximadamente 55% em 2015. Entre 2000 e 2015 o aumento foi de mais de 300 milhões de habitantes de áreas urbanas, já em 2021 chegou a 64% (Gráfico 1). Esse crescimento demográfico urbano foi acompanhado de investimentos mastodônticos em infraestrutura para expandir a urbanização e a interligação entre as grandes metrópoles, significando enormes volumes de investimentos em saneamento, telecomunicações, energia, construção civil e transporte (Hiratuka, 2018).

Gráfico 1: Taxa de urbanização chinesa.



Fonte: Elaboração do autor (China Statistical Yearbook, 2022).

Essa intervenção estatal de massa alguns anos depois resultou em milhares de quilômetros em trilhos para trens de alta velocidade, metrôs e, também, estradas, aumentando a integração nacional das diferentes regiões. A relação entre investimento e PIB chegou a incrível marca de 47,6% em 2011. Isso resultou em um aumento da capacidade produtiva para responder aos desafios de desenvolvimento internos. Também ajudou o país na configuração de uma Nova Rota da Seda (terrestre e marítima), demonstrando que o desenvolvimento chinês também influencia diretamente o desenvolvimento externo. Estamos assistindo a um verdadeiro relançamento de grandes

proporções das ações do Estado sobre o conjunto da economia, com um agrupamento empresarial estatal que são os agentes de execução direta, essa propagação financeira é abstrusa ao sistema nacional e estatal de financiamento (Jabbour e Paula, 2018).

Uma série de políticas públicas na primeira década do século XXI foram executadas com o objetivo de diminuir a tensão distributiva. A preocupação do governo central com o aumento da desigualdade social na gestão de Hu Jintao e Wen Jiabao (2002-2012) fez com que o governo central focasse em uma sociedade mais harmoniosa e a construção de um interior socialista. Durante essas gestões foram aplicados ou aperfeiçoados: a) Programas de desenvolvimento da região Oeste, Nordeste e Centro; b) Intervenção no mercado de trabalho para o aumento consistente de salários; c) Políticas sociais para classes mais baixas; d) Programa de renda mínima; e) Sistema universal de serviços públicos e seguridade social (Nogueira, 2011).

Essas prioridades objetivistas vistas a partir do XII Plano Quinquenal (2011-2015) constituem sublimemente o aumento do consumo no PIB chinês, dessa forma, reduzindo-se a porcentagem de investimentos e exportações. Com isso se assegura uma transição de modelo de crescimento chinês, a partir do cenário da constrição da demanda internacional que se iniciou na crise do capitalismo global em 2008 (Nogueira, 2011).

Desde a revolução de 1949, já existia uma estratificação da renda chinesa, uma grande distância separava os habitantes de áreas urbanas e rurais, sendo que o sistema hukou contribuiu para impedir o surgimento de periferias nas cidades chinesas. Isso acabou solidificando o surgimento de dois universos de renda e serviços públicos, principalmente da década de 1980 a 2000. A política de preços agrícolas (1994-1997) reverteu essa distância, mas não se manteve, se tornando estável por quatro anos (2006-2009) e entrando em uma queda propensa (Nogueira, 2011). Em 2021, a renda per capita média urbana era de 47,4 mil yuans, já a renda per capita média rural era de 18,9 mil yuans, formando uma disparidade (China Statistical Yearbook, 2022).

Existe uma coordenação obrigatória do governo para empresas estatais de transportes de longa distância (por exemplo) para garantir o desenvolvimento de infraestrutura de setores em regiões determinadas. Desde as políticas de abertura, surgiu um desenvolvimento regional coordenado que de forma gradual evoluiu, se consolidando em 2006. O objetivo foi promover uma integração de espaços diferenciados, devendo se

manifestar através de investimentos em infraestrutura em áreas atrasadas, diversificando a indústria e a economia em escala regional. Esse desenvolvimento regional coordenado produziu uma conectividade e cooperação regional de ordem político-institucional, administrativa, produtiva e infraestrutural, com esse conceito se apresentando no planejamento urbano-regional (Boa Nova, Jabbour e Cambuhy, 2023).

Por isso, na virada do século foram ocorrendo investimentos importantes nas políticas de desenvolvimento regional, estimulando o investimento no interior do país e reduzindo o benefício de regiões costeiras. A partir de 2004 a região Leste (costeira) passou a ter seus investimentos totais diminuídos, sendo que em 2013 teve uma queda de 13%, comparado com o ano de 1998. As regiões Centro e Oeste aumentaram sua participação em sete pontos percentuais (Nogueira, 2011).

ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Não é novidade que a política econômica de um país é um dos principais fatores que influenciam no ordenamento do território. A política de abertura econômica que ocorreu na década de setenta na China não é diferente disso. O resultado foi que a região costeira chinesa atraiu aproximadamente 87,8% do investimento estrangeiro externo, a região central ficou com apenas 8,9%, sendo que a região Ocidental ficou com o restante. Os laboratórios para essa política de abertura ficaram restritos para duas províncias, que eram Guangdong e Fujian. Na década de oitenta foi incorporado o restante das regiões, sendo inicialmente costeiras e posteriormente do interior do país (Démurger *et al.*, 2002).

A política de desenvolvimento regional na China foi impulsionada principalmente pelas ZEE. Elas foram criadas em estágios ao longo do tempo. Inicialmente, em 1980, as primeiras ZEE foram estabelecidas em regiões litorâneas próximas a Macau, Hong Kong e Taiwan. Em 1984, outras áreas litorâneas foram designadas como Cidades Costeiras Abertas. Em 1985 e 1988, foram criadas ZEE adicionais ao longo dos Rios das Pérolas e Yang-tsé-Kiang, bem como no Cinturão Costeiro Aberto. Em 1990, surgiu a Nova Área de Pudong, em Xangai, e em 1992 a política de abertura se expandiu para todo o país, resultando em dez novas ZEE ao longo

do Rio Yang-tsé-Kiang. Além disso, foram estabelecidas 13 Zonas de Cooperação Econômica Costeira, beneficiando as capitais de províncias do interior e regiões autônomas. Essas políticas promoveram o crescimento desigual regional, mas houve um refluxo para um novo equilíbrio (Démurger *et al*., 2002).

O IX Plano Quinquenal (1996-2000) abandonou a política de desenvolvimento desigual seguindo o caminho contrário, no X Plano Quinquenal (2001-2005) surgiu a Estratégia de Desenvolvimento do Grande Oeste (Démurger *et al*., 2002). Houve um grande esforço para a condução do investimento estatal e investimentos do capital privado para outras regiões periféricas, sendo províncias e regiões autônomas (Guangxi, Inner Mongólia, Ningxia, Tibete e Xinjiang) além de um município (Chongqing), demonstrando que o PCCh reconheceu essas medidas tomadas visando o crescimento espacial equilibrado. Com isso, passou a aplicar diretrizes nacionais de desenvolvimento para combater uma possível fragmentação da nação como unidade política, principalmente com base no desenvolvimento desigual que foi implementada inicialmente, isso criou impedimentos para diminuir a disparidade espacial, como, por exemplo, a restrição de possíveis movimentos migratórios de mão de obra (Monteiro Neto, 2005).

Existe uma variação nos direitos assegurados pelos residentes urbanos e rurais. A residência urbana permite acesso a empregos urbanos nos setores de serviços e industriais, como também os direitos básicos de habitação, escola e serviço de saúde. Já o camponês tem direito a terras para cultivo, habitação, empregos rurais e o acesso aos serviços de educação e saúde rurais. Existindo brechas para mudar a região do seu passaporte caso o cidadão consiga uma vaga na universidade ou/e através do mercado de trabalho urbano. A taxa de migração, mesmo com o direcionamento dessas políticas públicas citadas, aumentou vertiginosamente desde a abertura econômica, ao mesmo tempo em que a questão regional gerou tensões devido ao crescimento desigual que favorece zonas costeiras (Démurger *et al*., 2002).

A configuração geográfica chinesa tem como resultado disparidades regionais, que ao longo da história acabaram contribuindo para a fragmentação de poder político sobre o território total, resultando em uma vulnerabilidade às ameaças externas (Leão, 2009). Talvez possa se dividir o país nos seguintes núcleos: Pequim (Nordeste),

Shanghai (Sudeste), Tibet (Sudoeste) e Xinjiang (Noroeste) (Khanna, 2008). Por outro lado, existe um grande investimento estatal em infraestrutura para a construção de um mercado interno integrando todo o país (Démurger *et al*., 2002).

Após a crise asiática de 1997, o governo chinês percebeu a importância do mercado doméstico com a inconstância (crises cíclicas) da economia capitalista internacional. O PDGO foi um programa para integração e redução das desigualdades regionais, além da integração nacional através do forte investimento em províncias mais afastadas e pobres. O governo central também elevou Chongqing a município administrado pelo governo nacional, assim como Pequim, Tianjin e Shanghai. Teve como objetivo torná-la um centro de integração territorial, se aproveitando da geografia local, principalmente da questão hidrográfica para se conectar com a metrópole Shanghai. O desafio central chinês foi enfrentar a desnivelação social e regional decorrentes de uma formação complexa que se relaciona com a economia natural de subsistência (Mamigonian, 2008).

O planejamento urbano-regional do país reflete no tamanho das cidades chinesas e suas distribuições vêm se alterando desde 1949, sendo que a reforma de Deng Xiaoping em 1978 se tornou o divisor de águas. O papel do Estado foi decisivo, com o aumento da vitalidade econômica e a inserção de uma nova estratégia de desenvolvimento regional. Outra questão é a promoção do desenvolvimento das cidades observadas como atrasadas ou em enfraquecimento das transferências governamentais, através das políticas fiscais. Por conseguinte, metrópoles e cidades grandes não se expandiram de forma anormal no processo de globalização da urbanização chinesa. Os estudos das cidades são divididos em duas categorias: os que focam sobre o tamanho da cidade individualmente, e as que ganham destaque na distribuição de relacionamento das grandes cidades com as pequenas em determinada região (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Após a revolução industrial, as cidades do país asiático se desenvolveram rapidamente, devido à aglomeração dos fatores de produção. Subsequente a isso, as cidades médias entraram em um rápido processo de crescimento. As 100 maiores cidades chinesas listadas através do PIB per capita em 2011 estão dentro do que consideram como grandes cidades. As principais cidades estão distribuídas principalmente no entorno dos

principais rios e zonas costeiras do território chinês (Figura 1) (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Figura 1: Principais cidades nas zonas costeiras e rios.

ILUSTRAÇÃO 1



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Isso acaba esclarecendo os proveitos para a aglomeração espacial, principalmente nas questões de infraestrutura. Entretanto, o crescimento do PIB dessas grandes cidades está abaixo, comparado com a média nacional urbana, demonstrando que, posteriormente, as taxas de investimentos nas grandes cidades têm tendência de queda. As políticas de intervenção urbana chinesa se diferenciam do que é executado no Ocidente (Li e Liu, 2011). A urbanização chinesa, após a Segunda Guerra Mundial, de 1949 a 1979 e de 1978 a 2014, apresentou um crescimento estável. O segundo período deve ser dividido em duas fases: que iriam de 1978 a 1990 e deste ano a 2014. Na última fase o Estado teve um papel determinante (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

O governo central (Pequim) utilizou ferramentas fiscais para intervir na urbanização, como também na ampliação e propensão dos grandes centros urbanos como um repertório de trabalho, que segundo os autores flexibilizou o sistema hukou. O desenvolvimento dos pequenos centros urbanos aconteceu vertiginosamente após 1990, o governo central introduziu políticas de controle das grandes cidades para promover cidades de porte médio , sendo aquelas com resultados vantajosos competitivos de forma acentuada (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Depois de 1978, houve reformas de terra e moradia que impactaram de forma significativa na distribuição de tamanho das cidades chinesas. Resultou em um impacto positivo para a receita do governo e financiamento dos grandes projetos de infraestrutura, como também suas ofertas de serviços públicos que influenciam nas cidades. A parte negativa, segundo pesquisadores, foi o desenvolvimento desarmonizado no tamanho diferente entre cidades, sendo que a reforma de moradia também foi fundamental para o desenvolvimento, principalmente para as ondas migratórias internas entre cidades. A experimentação chinesa de um grande processo acelerado de urbanização a partir de 1980 é diferente do dinamismo de crescimento estável das maiores cidades dos países, onde o crescimento urbano é a expansão das cidades que já existem, sendo a grande maioria, comparado com o nascimento de zonas urbanas novas (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

O país asiático tem diferentes níveis para a administração das cidades no sistema urbano local, que seriam as municipalidades, províncias, distritos, prefeituras e condados. Assentamentos ou vilarejos com níveis de administração baixos não são tratados como cidades. O critério mais considerado para distinção de cidades, vilas e locais rurais é a escala da população urbana, particularmente, a existência de uma fronteira para que a aglomeração humana seja considerada uma cidade. Outros fatores importantes que são colocados na balança são as questões econômicas, como também a política de aglomeração. Mas, as definições de cidades são consistentes desde o estabelecimento da RPC (Lima, Silva e Cumaru, 2015).

Houve mudanças relevantes no ordenamento regional chinês, tendo um ajuste expressivo devido ao crescimento acelerado das províncias do interior. Em 2013 o PIB per capita na cidade de Tianjin (mais rica) superou em 4,3 vezes o PIB per capita da província de Guizhou (mais pobre). Em 2008, a diferença chegava a 6,8 vezes, uma

redução expressiva na distância entre províncias ricas e pobres em um curto espaço de tempo. Entre 2008 e 2013 as províncias do interior cresceram de forma mais vertiginosa, comparada com as províncias costeiras. O PIB per capita das regiões do Centro, Nordeste e Oeste cresceram 11,7% ao ano, enquanto a região Leste cresceu 8%. As execuções responsáveis por isso foram as grandes obras de infraestrutura de transporte e energia que além de ligarem regiões afastadas da costa, também trouxeram a ligação com países vizinhos, surgindo polos industriais (Nogueira, 2011).

A PDGO, com seu objetivo principal de redução da diferença de renda e do desenvolvimento econômico em relação à costa, tinha como eixos principais: a melhora da infraestrutura com o aumento da produtividade e comunicação com as demais regiões, criação de polos industriais e atração de desenvolvimento doméstico e internacionais para o desenvolvimento local. Em 2002 foi criado o programa Vá para o nordeste , que era um estímulo para a região Nordeste. Logo em seguida, em 2004, criou-se o projeto para desenvolvimento do Centro, com a Ascensão da China Central que obedecia os mesmos eixos citados anteriormente. No ano de 2008 a renda da região Oeste cresceu em ritmo superior à da região Leste, reduzindo de forma sutil a distância de uma região para a outra (Nogueira, 2011).

Na virada do século, houve a instalação de agências do Banco da China em todas as cidades do país, o Estado Nacional consolidou-se neste período financiando 50 mil obras de diferentes tamanhos. O governo central criou condições objetivas para enfrentar a queda de renda camponesa com o aumento de índices de urbanização nas províncias e regiões autônomas no interior do país. Junto com a eletrificação, geração de renda e produtos no interior, sendo um grande esforço para o desenvolvimento regional que está durando até os dias de hoje (Feng, 2009).

O sistema financeiro chinês foi construído para o enfrentamento de desafios dos processos de catching-up e os relacionados a um metamodelo de produção, garantida a capacidade estatal essencial como uma das possibilidades do socialismo do tempo presente (Feng, 2009). O catching-up chinês tem grandes planos, como o do Made in China 2025 e os que abrangem os desenvolvimentos relacionados às tecnologias de inteligência artificial e rede 5G. A absorção desses novos aportes tecnológicos possibilita o surgimento e instalação de novas e superiores formas de planificação econômica. Isso

distingue o socialismo de mercado chinês de outras formações econômico-sociais capitalistas e desenvolvimentistas . O salto de qualidade na ação do Estado em relação à economia dado em um pacote fiscal em 1997 para fortalecimento da demanda doméstica , fez com que se formasse um sistema financeiro público direcionado ao investimento a longo prazo (Jabbour e Gabriele, 2021).

Com a eleição de Xi Jinping em 2013 no PCCh, o PDGO se aprofundou de forma geoestratégica, ligando a capital de Xinjiang - se tornando o principal ponto - ao corredor de desenvolvimento promovido pelo país no cinturão econômico da Nova Rota da Seda. Esses corredores de desenvolvimento são promovidos pelo governo central e visam ligar a Ásia Central à costa chinesa, assegurando o fornecimento de recursos naturais, como também abrindo novos mercados para os chineses. O planejamento é a construção de um conjunto de infraestruturas que chegam ao Oriente Médio e Europa, cortando milhares de quilômetros da rota marítima que conecta atualmente a costa chinesa com o Ocidente (Nogueira, 2011).

Outro ponto fundamental para ser abordado é o rápido crescimento dos salários da classe trabalhadora chinesa, estando à frente do crescimento do PIB, sendo uma das principais transformações que a China passou nas últimas décadas. O crescimento da média salarial é acompanhado de uma forte regulação do mercado de trabalho e um grande aumento expressivo do salário mínimo (Cambuhy, 2019).

Criado em 1994, mas por um período ignorado em escala nacional, o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social iniciou em 2004 uma regulação para alívio das desigualdades e aprimoramento da distribuição da renda nacional. O reajuste é administrado pelas próprias províncias, sendo o piso salarial válido para todo tipo de empresa, através dos mecanismos da aplicação da lei e sanções caso descumpram o ajuste feito no mínimo a cada dois anos. Esses reajustes consideram custos de vida, emprego e pobreza urbana, negociando de forma sindical, sendo encaminhada a discussão pelos oficiais de comitês provinciais e submetidos pelo governo central (Braga e Nogueira, 2020).

Podemos verificar (quadro 2) que na última década a renda per capita das famílias urbanas cresceu de forma constante, ordenada e equilibrada em todo país,

chegando a um crescimento aproximado de 50% em cinco anos. Mas devemos ressaltar que ainda existem discrepâncias da região Leste (áreas costeiras) para o restante do país.

Quadro 2: Renda per capita de famílias urbanas por região.

Região	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Leste	31.152,4	33.905,4	36.691,3	39.651,0	42.989,8	46.432,6
Central	22.664,7	24.733,3	26.809,6	28.879,3	31.293,8	33.803,2
Oeste	22.362,8	24.390,6	26.473,1	28.609,7	30.986,9	33.388,6
Nordeste	23.507,2	25.578,9	27.399,6	29.045,1	30.959,5	32.993,7

Fonte: Elaboração do autor (China Statistical Yearbook, 2022).

O salário mínimo refletiu principalmente a concentração de pobreza localizada no mundo rural. Em 2012, os salários correspondiam a uma parte equivalente às atividades efetuadas na agricultura familiar. O governo central admitia de forma nítida que essas questões rurais prejudicavam a construção da sociedade harmoniosa, sendo um grande teste para a capacidade de governança do partido chinês. Essas políticas experimentais iniciadas em 2002, em vinte províncias, de forma gradual puderam reduzir os impostos na produção agrícola e aumentar o acesso da população rural a políticas públicas na saúde e educação, por exemplo. Sendo um dos pilares para a formação do chamado interior socialista, tendo um impacto fundamental na renda do trabalhador rural. Fazendo com que a questão distributiva beneficiasse os trabalhadores mais pobres e que a taxa de crescimento de renda dos mais pobres superasse a dos mais ricos (Nogueira, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura econômica para o capital externo que ocorreu a partir de 1978 acabou influenciando no ordenamento do território chinês, pelo fato de que a grande

maioria dos investimentos foram realizados nas regiões litorâneas. O governo inicialmente restringiu as aberturas para as províncias de Guangdong e Fujian. Apenas na década seguinte os restantes das regiões costeiras adentraram no programa. O interior do país foi o último a receber esses investimentos, por esses motivos posteriormente houve reações a essas políticas de desenvolvimento desigual das regiões litorâneas e interior. Através de políticas para o desenvolvimento de províncias no interior, um esforço estatal para condução de investimentos estatais e de capital se espalharam pelas regiões periféricas.

O desenvolvimento regional chinês é dividido em duas fases: da revolução até o início das reformas de Deng Xiaoping tinha como objetivo a consolidação do Estado central em todo território, estimulando a concentração de renda regional e urbano-rural. Iniciou na segunda fase durante as reformas promovidas de abertura econômica planificada, a descentralização do setor industrial, crescendo nas regiões centrais e restringindo a expansão nas regiões costeiras. Essas reformas que foram instauradas ocorreram de forma gradual, institucional e incrementalista, ou seja, o desenvolvimento econômico é planejado pelo Estado, resultando em uma concentração de agentes no entorno dos objetivos estratégicos pré-estabelecidos. Principalmente a pequena indústria rural, com seus regimes de contratos regulatórios, custos de produtos agrícolas e dualização de preços. Esses processos evidenciam inovações que se adaptaram conforme a história do país e todas suas peculiaridades. Com fortes investimentos e desenvolvimento pós-revolução em indústria pesada, seguindo o exemplo da URSS.

As províncias buscavam uma integração nacional de autossuficiência em diferentes setores e atividades estratégicas para o país. Com a abertura econômica, o estabelecimento da política nacional de desenvolvimento resultou em vantagens para o desenvolvimento nacional, o governo central fez fortes investimentos em infraestrutura e plantas industriais no interior do país. A dualidade sistemática estava ligada à estratégia de aceleração de crescimento, com foco principal na expansão e diversificação industrial. As principais questões dessa aceleração de acumulação de capital e investimentos de bens de capital foram para a modernização industrial, enquanto no campo a expansão da produção agrícola e da indústria de bens de consumo evitaram possíveis consequências desse salto socioeconômico. Existiam preocupações com a produtividade agrícola e

expansão demográfica dos grandes centros urbanos, o financiamento das importações de fábricas, e os equipamentos necessários para isso.

Os investimentos estratégicos foram centralizados, mas ao mesmo tempo descentralizaram decisões administrativas locais. Todas essas questões foram consumidas na estratégia de desenvolvimento do país, sendo fundamentadas em sua própria história. Com isso foram lançados diversos programas e reformas estratégicas para o desenvolvimento. O PCCh é a força política que controla o Estado, detendo a supervisão de fatores estratégicos. Existem indícios que a China está vivendo a terceira fase do desenvolvimento regional. A partir de 2013 surgiram novas políticas direcionadas pelo presidente Xi Jinping, com novas características ligadas à "nova era", "civilização ecológica" e "sociedade harmoniosa".

O PDGO foi a maior transferência territorial de renda no mundo moderno, sendo fundamental para a unificação territorial econômica. Junto com as grandes intervenções estatais na economia doméstica na crise do capitalismo mundial em 2008, foram ferramentas para a socialização de investimentos. O dinamismo da economia chinesa é fruto dos fortes aumentos em investimentos e crescimento, se concentrando a partir do final do século XX em sua economia doméstica. Estando ligados principalmente na urbanização e conglomerados de transfigurações, através de investimentos gigantescos em infraestrutura para expansão da urbanização e interligação dos grandes centros urbanos. Uma regulação expressiva devido ao grande crescimento das províncias do interior.

A forte regulação do mercado de trabalho e o aumento expressivo do salário mínimo aliviaram as desigualdades e aperfeiçoaram a distribuição de renda nacional. Com políticas graduais foi possível a conquista de direitos da classe trabalhadora rural, resultando em uma superação do crescimento da renda dos mais pobres comparando com os mais ricos. As reestruturações político/regionais são a base de ofertas para o consumo interno e exportações, ligada à mão de obra vinda do campo, da regulação das exportações e importações. As crises externas demonstram que a transição da nova formação econômica e social está ligada umbilicalmente à engenharia social de planificação econômica que é o contrário da financeirização da economia.

Através das políticas centrais, todas as regiões foram influenciadas pelo capital, mesmo sendo preceituado, houve momentos de políticas de desenvolvimento desigual entre regiões, como também reações de políticas para o desenvolvimento das regiões através da condução para que os investimentos se espalhassem por todo o país, principalmente nas regiões periféricas. A forma como a China está configurada geograficamente acaba influenciando em disparidades regionais, contribuindo para a fragmentação de poder político sobre o território total. Mas existe um grande esforço em investimentos para a integração regional em todo país para a distribuição de grandes centros urbanos.

As cidades do país desenvolveram-se rapidamente juntamente com o desenvolvimento industrial, o PIB destas cidades não cresce mais que a média nacional urbana, comprovando que a taxa de investimentos em grandes cidades está crescendo lentamente (comparado com o investimento médio). O Estado central tem um papel determinante através de ferramentas fiscais para intervenção no processo de urbanização e na ampliação de grandes centros urbanos. O planejamento urbano-regional é perceptível com as políticas de controle das grandes cidades para a promoção de cidades de porte médio, concluindo-se que o sistema urbano chinês parte de diferentes níveis de administração, considerando escalas de população urbana, fronteiras de aglomeração humana e demais fatores. Comprovando que existe um planejamento urbano-regional em seu território que difere do modo ocidental, administrado pelo Estado através do governo central comandado pelo PCCh.

REFERÊNCIAS

BOA NOVA, V. V. F.; JABBOUR, E. M. K.; CAMBUHY, Melissa Caroline. A nova economia do projetamento como estágio superior de intervenção do Estado chinês no território. Geosul, v. 38, n. 87, p. 69-93, 2023.

BRAGA, J. P. NOGUEIRA, I. MERCADO DE TRABALHO E SALÁRIO MÍNIMO NA CHINA. **Geosul,** Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 49-72, dez. 2020.

BRANDÃO, F. C. M. **A ascensão chinesa e o sistema financeiro e monetário internacional: rumo a um potencial novo ciclo de hegemonia.** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. 179 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais).

CAMBUHY, M. C. **Desenvolvimento e regulação do trabalho na construção da "sociedade harmoniosa" chinesa.** Mackenzie, São Paulo. 2019. 198 p. Tese (Doutorado em Direito).

CAMBUHY, M. C.; SIQUEIRA NETO, José Francisco. PLANEJAMENTO, INOVAÇÃO E CONSUMO CONSTRUINDO A "SOCIEDADE HARMONIOSA" CHINESA. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, 2020.

DÉMURGER, S. *et al.* Geography, economic policy, and regional development in China. **Asian Economic Papers**, v. 1, n. 1, p. 146-197, 2002.

DING, Xiaoqin. O desenvolvimento da China e suas consequências globais. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 12, p. 243-271, 2011.

ESCHER, F. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. 303 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural).

FARES, T. O Desenvolvimento Agrário Chinês e sua Integração com o Agronegócio Brasileiro. **Leste Vermelho**, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2017.

FENG, L. New Trends in China's Regional Economic Development. In: Wong, John. **Regional Economic Development in China.** Singapore: ISEAS Publishing, 2009, p. 9-27.

HIRATUKA, C. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto para discussão, Unicamp**, n. 339, 2018.

JABBOUR, E. M. K.; PAULA, L. F. A China e a "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 22(1): p. 1-23, 2018.

JABBOUR, E. M. K.. China: socialismo e desenvolvimento, sete décadas depois. **São Paulo: Anita Garibaldi**, 2019.

JABBOUR, E. M. K.; RODRIGUES, B. S. A "nova economia do projetamento" no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. v. 25, n. 2, p. e212525, 2021.

JABBOUR, E. M. K.; GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo Editorial. São Paulo. 2021.

KHANNA, P. The Second World: Empires and Influence in the New Global Order. New York: Random, 2008.

LEÃO, B. G. C. As relações econômicas EUA-China no início do século XXI: análise à luz das dinâmicas concorrentes da geopolítica e da globalização. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília - UNB. 2009.

LEITE, A. C. C. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês - 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

LI, X.; LIU, Y. Interpreting the hybridity of China's urbanization. **Urban and Regional Planning**, v. 4, n. 3, p. 70-85, 2011.

LIMA, M. C.; SILVA, J. H. F.; CUMARU, J. R.. Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 24, p. 205-230, 2015.

MAMIGONIAN, A. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. **Dossiê Ásia-China**, v. 1, 2008.

MASIERO, G. Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. **Brazilian Journal of Political Economy [online].** v. 26, n. 3, p. 425-444, 2006.

MEDEIROS, C. A. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 19, p. 496-516, 1999.

MONTEIRO NETO, A. Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à globalização). **Texto para discussão, IPEA.** n. 1126. 2005.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook 2022.** Pequim. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm>. Acesso em: 07/11/2022.

NOGUEIRA, I. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea.** Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), Rio de Janeiro, 2011. 209 p. Tese (Doutorado em economia).

OURIQUES, H. R.; ANDRADE, R. S. DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA CHINA: NOTAS INTRODUTÓRIAS. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, p. 20-31, 2010.

REIS, D. A. F. China e modernização. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-36, 1985.

RUIZ, R. M. Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000). **Texto para discussão, UFMG,** 2006.

SAMPAIO, A. C. S. **SISTEMA TEÓRICO CHINÊS, COMBATE À POBREZA E CONSTRUÇÃO DA PROSPERIDADE COMUM.** Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ), Rio de Janeiro, 2024. 139 p. Dissertação (Mestrado em Economia).

ZEMIN, J. **Report to the Fifteenth National Congress of Communist Party of China. People's Publishing House,** Pequim, 1997, p. 15. Disponível em: <http://academics.wellesley.edu/Polisci/wj/308S/Readings/jzm15CCP.htm>. Acesso em: 29/07/2022.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.